

Estão atacando os direitos dos trabalhadores

O Brasil está vivendo um retrocesso quando se refere aos direitos trabalhistas, que estão sendo atacados simultaneamente pelos três poderes.

Nos últimos dias, o Supremo Tribunal Federal vem ameaçando os trabalhadores. O STF decidiu que aposentados que voltaram ao mercado de trabalho não têm direito à correção do valor de seus benefícios por terem contribuído mais tempo com a Previdência. Os ministros decidiram que é ilegal a chamada a desaposentação. Como tem repercussão geral, a sentença vai balizar as decisões de todos os tribunais do país, onde tramitam cerca de 182 mil processos sobre o tema.

O tribunal também concluiu que é correto o corte de ponto de servidores públicos grevistas. Dias parados só devem ser pagos se a paralisação for motivada por alguma ilegalidade do poder público ou ainda se houver compensação posterior. A tese formulada pelo Supremo diz que a remuneração deve ser suspensa imediatamente após a decretação da greve. Com isso, os ministros estão retirando dos trabalhadores um direito garantido pela própria Constituição Federal.

E agora, o Supremo vai decidir nos próximos dias a liberação total da terceirização. Se votar a favor da terceirização, cairá a Súmula 331 do Tribunal Superior do Trabalho

(TST), hoje o único instrumento que protege a classe trabalhadora da precarização do emprego por meio da terceirização fraudulenta. Graças à Súmula 331, muitos trabalhadores terceirizados pelos bancos, por exemplo, têm reconhecidos direitos da categoria bancária justamente porque prestam serviços nitidamente bancários. Ou seja, apesar de terceirizados, realizam a atividade-fim dos bancos, como abertura de contas, concessão de crédito, etc.

Congresso

Deputados e senadores também estão atuando contra os direitos históricos dos brasileiros, como a aposentadoria – que pode ter a idade mínima elevada para 65 anos e equiparar as regras de homens e mulheres.

Outro ataque vem da PEC 241 (agora PEC 55 no Senado), através do congelamento de recursos para saúde e educação, que serão utilizados para pagar a dívida pública. A Emenda Constitucional estabelece um limite para os gastos federais para os próximos 20 anos, corrigindo-os pela inflação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). A aprovação da Emenda vai contra direitos conquistados pela sociedade brasileira, que se empenhou em aprovar a Constituição de 1988. Os limites para os gastos públicos afetam dramaticamente áreas de extrema importância social, como saúde e educação, atingindo em cheio especialmente a população mais po-

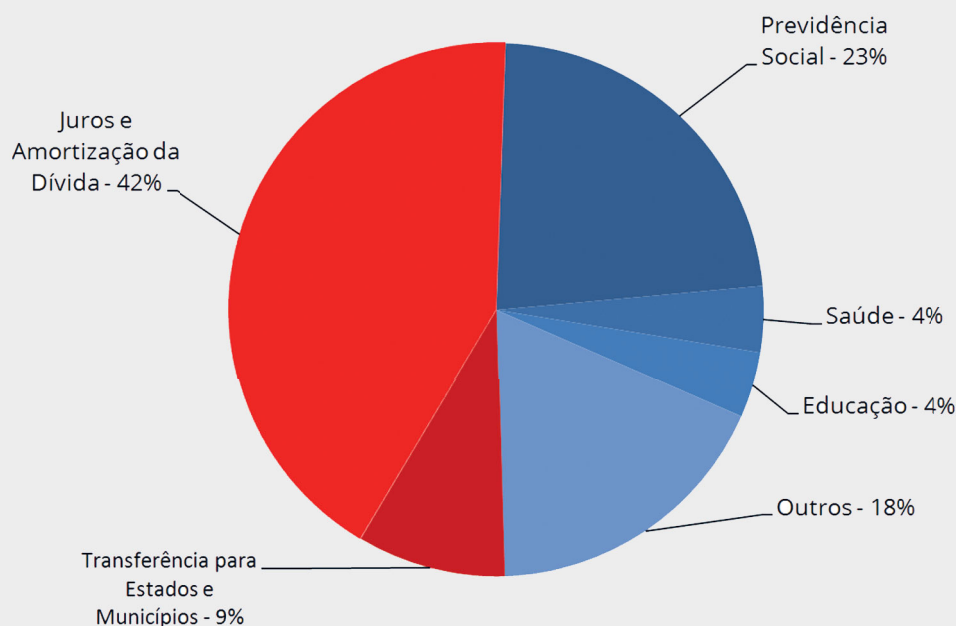


Orçamento Geral da União - 2015 (R\$ 2,268 Trilhões)

ENTENDA OS RECURSOS QUE SERÃO CONGELADOS E OS QUE O GOVERNO PODE GASTAR SEM LIMITES COM A PEC 241

As áreas em azul no gráfico (Previdência Social, Saúde, Educação, outros) ficam congelados por 20 anos.

As áreas em vermelho no gráfico (Juros e Amortização da Dívida) o Governo pode gastar sem limites.



Fonte: SIAF

Elaboração: Auditoria cidadã da Dívida

bre, que depende de escola pública e do SUS (Sistema Único de Saúde).

Também estarão congeladas despesas com pessoal – o que afetaria contratações no setor público, inclusive no Sistema Único de Saúde (SUS) e nas universidades federais –, assim como a política de valorização do salário mínimo e o piso da Previdência para a aposentadoria. A farmácia popular e programas como Fies e Prouni, nas faculdades privadas, também sofrerão com cortes.

Agora, outros três projetos estão entrando na Comissão de Trabalho da Câmara, propondo medidas que comprometem as relações de trabalho. Entre elas, o fim da ultratividade e da hora extra, o aumento da jornada de trabalho sem necessidade de acordo coletivo e o parcelamento das férias em três períodos. Os projetos propõem que os acordos serão sempre por mútuo consentimento entre empregado e empregador. Ou seja, fica extinta a atuação do

Sindicato, deixando o trabalhador à mercê dos patrões. E tais projetos têm possibilidades reais de aprovação, já que são necessários cerca de 130 votos na Câmara e a bancada empresarial é composta hoje por aproximadamente 230 deputados.

Mobilização

Contra essa enxurrada de projetos e ações contra os trabalhadores, é preciso que cada pessoa se mobilize. O sindicato recomenda que os bancários protestem e enviem e-mails para os gabinetes dos parlamentares, principalmente os da bancada federal de Mato Grosso do Sul. Também enviem mensagens aos ministros do STF, pedindo que votem não à terceirização.

Para isso, basta acessar os site:

www.stf.jus.br

www.camara.gov.br

www.senado.gov.br

Sindicato convoca bancários para decidir mobilização

No próximo dia 9, a partir das 18h, o sindicato convoca todos os bancários para discutir e deliberar a mobilização contra a retirada de direitos dos trabalhadores. “Os trabalhadores e trabalhadoras precisam ficar atentos contra a retirada de direitos, a mobilização da nossa categoria é importantíssima para contrapor esses ataques, por isso, queremos debater na assembleia do dia 09 esses projetos e fazer encaminhamentos para garantir nossos direitos”, disse o presidente do sindicato, Edvaldo Barros.